

ESCOLA E GOVERNAMENTALIDADE: A INVENÇÃO DOS CORPOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SCHOOLING AND GOVERNAMENTALITY: THE INVENTION OF BODIES IN PRE- SCHOOL EDUCATION

Mariana Diniz Bittencourt Nepomuceno

marianadiniz3@hotmail.com

Márcia Aparecida Amador Mascia

marciaaam@uol.com.br

RESUMO: Tomando por base os pressupostos teórico-metodológicos da arqueogenealogia foucaultiana e da Análise do Discurso de linha francesa, este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões a respeito da dimensão política da escola em sua função social, apreendida enquanto micropoder institucional e que, segundo nossa hipótese, nas micro-instâncias constrói os sujeitos necessários para que ela possa subsistir. Para tanto, procedeu-se à análise de um registro de observação produzido em uma escola de educação infantil, através do qual foi possível visualizar a íntima relação entre poder, saber, formação discursiva e processos de subjetivação. A análise empreendida visou tornar manifesta a governamentalidade, qual seja, o funcionamento do discurso pedagógico autorizado/internalizado que discursivamente produz e faz circular efeitos de sentido que controlam e normalizam os corpos, neste caso, em uma instituição infantil.

Palavras-chave: Escola Infantil; Governamentalidade; Análise do Discurso; Processos de subjetivação.

ABSTRACT: Based on the framework of Foucault's archaeological studies and the French Discourse Analysis, this paper aims to present some reflections on the political dimension of the school in its social function, understood as institutional micro-power, that, according to our hypothesis construct the necessary subjects to survive. In order to do so, we proceeded to the analysis of a child's record produced in a pre-school, through which we could visualize the inner relation among power, knowledge, discursive formation and subjective processes. The analysis undertaken aimed to make manifest the governmentality, i.e., the functioning of the pedagogical discourse

authorized/internalized that discursively produces and circulates effects of meaning that control and normalize the bodies, in this case, in a pre-school education.

Keywords: Pre-School Education; Governmentality; Discourse Analysis; Subjective Processes.

INTRODUÇÃO

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

(FOUCAULT, 1996. p.41)

Pode-se dizer, de um modo geral, que a instituição escolar pretenda, ainda que pressupostamente, “garantir o padrão de qualidade” do ensino através de uma educação “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”¹. Contudo, tal projeto pedagógico, quando materializado nas relações entre os sujeitos envolvidos no processo escolar, consiste, na verdade, em novos mecanismos de controle e normalização os quais fabricam um tipo específico de subjetividade. A partir desta constatação, torna-se pertinente indagar sobre a dimensão política da escola, avaliando seus efeitos sobre os sujeitos e suas subjetividades.

O presente trabalho² pretende elucidar algumas destas questões, utilizando-se, para tal, como principal referência teórica, a arqueogenealogia de Foucault e o pressuposto teórico da Análise do Discurso de linha francesa. Apreender a realidade escolar através da ótica discursiva e foucaultiana significa reconhecer a escola como um micropoder institucional que sustenta relações de poder-saber, o que implica em

¹ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05 nov. 2006.

² Este artigo é oriundo de pesquisa realizada no curso de Letras da Universidade São Francisco por Mariana Diniz Bittencourt Nepomuceno e orientada pela professora Márcia Aparecida Amador Mascia. A versão aqui apresentada sofreu alterações teóricas e de análise. A pesquisa original intitulou-se “A escola e suas técnicas disciplinares: relações de poder-saber atravessando corpos na instituição escolar” e foi desenvolvida no ano de 2007.

proceder a uma investigação dos modos pelos quais tais relações produzem sujeitos, sujeitos estes que vão sendo constituídos desde a pré-escola, conforme o foco de nossa análise.

Nesta pesquisa, hipotetiza-se que a instituição escolar opera totalizações que *subjetivam* os indivíduos inseridos no processo educacional através do investimento político de seus corpos, docilizando-os e coagindo-os numa constante utilização.

Para tanto, analisaremos um registro do cotidiano de uma Escola Municipal de Educação Infantil de uma cidade do interior do estado de São Paulo, observando-se diferentes aplicações das técnicas de gerenciamento, coerção e normalização próprias à gestão disciplinar dos corpos destes sujeitos, que se operam pelo discurso.

Assim, espera-se que esta pesquisa possa trazer à tona algumas problematizações quanto aos regimes disciplinares que atravessam a escola e que (nos) constituem (como) sujeitos. Em última instância, pretende-se levantar questões acerca dos sujeitos que (também) a escola (dentre outros aparelhos ideológicos) está “fabricando”.

GOVERNAMENTALIDADE E TÉCNICAS DE SI

A governamentalidade, definida como um conjunto de técnicas e procedimentos que têm por objetivo a administração da *conduta* dos indivíduos, consiste em um mecanismo que regula e/ou governa (de onde “governamentalidade”) a vida dos sujeitos e suas relações com as coisas. Ela se opera, segundo Foucault (2005a), através de um poder vigilante multifacetado que estabelece uma rede de informações pela qual os saberes (e os poderes) são elaborados, delimitados e aplicados aos fenômenos sociais, dentro dos quais a população emerge como alvo e instrumento de governo, sendo denominado este fenômeno como *racionalidade política* (op., cit., p. 289). É precisamente no campo da *sexualidade* que Foucault identifica o processo de *internalização* dessas táticas e técnicas de gestão/controlar de conduta, uma vez que, para o autor, as proibições sexuais diferem de outras no sentido em que nestas, ao estabelecer-se uma relação entre a “obrigação de dizer a verdade e as proibições que pesam sobre a sexualidade” (FOUCAULT, 2003, p. 783), o indivíduo vê-se obrigado a

verbalizar, através de um exercício de perscrutação/esquadrinhamento de si, a “verdade” sobre sua identidade, inscrevendo-se em uma espécie de “ortopedia discursiva” (RAMOS DO Ó, 2001). Consiste, enfim, em uma nova forma de [auto]governo, através da qual torna-se possível “[...] substituir as idéias de dominação por outras que remetem para tecnologias de regulação e auto-regulação” (id., ibid.), num movimento em que “o indivíduo deve recorrer à memória para circunscrever o seu campo próprio de ação: examina-se a si mesmo, infere quais os princípios que devem governar sua vida e, é claro, sempre que disso se tratar, transforma-se no seu primeiro censor” (op., cit., p. 30). Segunda dimensão do sujeito supracitada, segundo movimento de sua objetificação, trata-se, portanto, da definição mesma do processo de autoconhecimento, para o qual Foucault cunhou o termo *técnicas de si* ou *artes da existência*, investigação da “constituição do sujeito como objeto dele próprio: a partir de quais jogos de verdade, o homem se concebe. [...] como o sujeito se constrói a partir da própria experiência, ou seja, das técnicas do governo de si e dos outros” (MASCIA, 2006, p. 3). De forma que é na relação do sujeito com a verdade ou, mais especificamente, com determinados regimes de verdade, que se dá esse processo de subjetivação essencialmente discursivo, que fazemos construções identitárias, pois “[...] nós construímos a nós próprios, construímos nossas próprias identidades [...] através da função performativa da fala” (SILVA, 2002, p. 27).

Articulando os saberes (enunciados possíveis) com o extradiscursivo (contexto social) ou, neste caso, micropoderes institucionais, torna-se possível analisar de que maneira as relações de poder e saber se estabelecem nas diversas instituições sociais – inclusive na escola. A instituição escolar é um local onde o poder produz um saber correlativo e, graças aos regimes de verdade que nela circulam, este poder sustenta-se *nos* e é aceito e [simultaneamente] perpetrado *pelos* sujeitos inseridos na escola. Nesta instituição, os mecanismos que efetivam a normalização dos indivíduos que a compõe adquirem formas específicas, das quais trataremos a seguir.

A ESCOLA E SEU PAPEL NA[MICRO]FÍSICA DOS CORPOS

Segundo Gallo (2009), a instituição escolar, através dos professores e outros agentes da ortopedia moral, produz saberes que se exercem pela punição sobre os sujeitos (criminoso/infrator), saberes estes que, pretendendo explicar um ato, na realidade, consistem em uma maneira de *qualificar/controlar* o próprio sujeito. Chamada de “biopolítica” ou tecnologia política do corpo, ela funciona como “uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições” (Foucault, 2005b, p. 26), sendo a escola uma delas. As relações de poder engendram, destarte, um investimento político do corpo, pois sobre ele têm alcance imediato, atravessando-o. Trata-se do funcionamento de um poder que se exerce sobre o corpo dos punidos (em torno, na superfície e no interior deste) e, “de uma maneira mais geral, sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controle durante toda a existência.” (op., cit., p. 28).

Através de *juízos de normalidade*, a instituição escolar exerce constante pressão sobre os alunos para que todos obedeçam às *normas* como parte de um sistema punitivo. O “normal” se estabelece (inclusive discursivamente) como princípio de coerção, de controle, e com ele o poder de *regulamentação*. Trata-se, a rigor, do que discutimos acima, uma biopolítica: através da organização tempo-espacial, é possível – além de vigiar e controlar – gerir as condutas dos sujeitos, numa estratégia político-econômica eminentemente operacional. Na instituição escolar, a disciplina, por sistemática, permite que os efeitos de poder sejam homogêneos e, objetivando a suspensão das multiplicidades e a supressão de desvios das condutas, instauram-se, na rotina escolar, *micropenalidades* baseadas em juízos de normalidade ou *sanções normalizadoras*. O indivíduo escolar emerge assim como efeito de verdade do discurso transmitido pelo poder disciplinador, nele se inscrevendo, subjetivando-se. Pode-se afirmar que as caracterizações a estes indivíduos atribuídas pelo discurso institucionalizado da escola constituem, realmente, técnicas de subjetivação dos mesmos, pois, derivadas de relações de poder-saber, operam a produção da experiência de si, ou, em termos foucaultianos, funcionam como tecnologias do eu, pois

“constroem e medeiam a relação do sujeito consigo mesmo” (LARROSA, 2002, p. 37), inscrevem nos corpos e mentes dos indivíduos uma determinada forma de se ver, de se narrar, de se expressar, de se relacionar consigo e com os outros, designando uma posição de sujeito, que se lhe é atribuída como própria.

Nestas instituições, quaisquer comportamentos *desviantes*, que transgridam o sistema punitivo de função normalizadora são continuamente registrados na forma de *ocorrências*, isto é, documentos redigidos pela diretoria – que, obrigatoriamente assinados pelo “transgressor” ou seu “responsável” – constituem um procedimento de confissão desses atos e descrevem as ações dos sujeitos, a fim de controlá-las e examiná-las. Desta forma, a escola constitui-se em um “[...] espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados [...]” (FOUCAULT, 2005b, p. 193). O poder disciplinar, através destes dispositivos, faz “[...] funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar.” (op., cit., p. 126). Essa relação eminentemente hierárquica induz os sujeitos a se sentirem constantemente vigiados e controlados.

A escola passa a constituir-se num observatório político, num aparelho que permite o conhecimento, o controle contínuo de seus sujeitos, através dos professores, dos funcionários e dos próprios alunos, por meio dos dispositivos de vigilância os quais produzem uma subjetividade específica. Assim, a escola e seus dispositivos de controle, vigilância e normalização fazem com que os indivíduos aceitem o poder de punir e de serem punidos. Constata-se que a tecnologia do poder conquista um lugar privilegiado nos discursos e nas ações, sendo a principal personagem das relações que compõe o universo escolar, revelando, portanto, a possibilidade de se apreender a escola enquanto um micropoder institucional, instrumento de controle, vigilância e normalização dos indivíduos escolares.

DISCURSO E SUJEITO

Sem a intenção de dar conta de todas as concepções que envolvem a Análise do Discurso de linha francesa e as áreas afins, pretendemos apresentar pelo menos duas noções que nos parecem ser significativas e que estão atreladas: de discurso e de sujeito.

Em “A Ordem do Discurso”, Foucault, ao teorizar o discurso, enfatiza as ordens que o delimitam, pois, para o autor, este é o resultado de embates entre os sujeitos e os saberes; assim, a verdade, a unicidade e o sentido produzem-se no discurso, mas a partir de embates:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Como se pode inferir através do excerto, Foucault elenca e caracteriza os procedimentos que promovem a ordem do discurso, sendo a escola, instituição foco de nossa análise, um desses espaços de “ordem” e de “controle”.

O autor nos apresenta os procedimentos em dois tipos, externos e internos, responsáveis pela interdição, segregação e produção da verdade. Tais procedimentos nos oferecem, em última instância, as *condições de seu* [do discurso] *funcionamento*, quais sejam, os dispositivos que coíbem o acesso de todos os sujeitos aos discursos. Assim, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (op., cit., p. 37).

Foucault conclui sua obra denunciando que “todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (op., cit., p. 44). Assim, o autor problematiza o fazer educacional, apontando-o como um dos grandes procedimentos de sujeição do discurso em nossa sociedade. Talvez essa assertiva responda à pergunta que dá início à obra: “onde, afinal, está o perigo” (op., cit., p. 8), no fato de as pessoas falarem?

Foucault deixa indícios de que o perigo está nos procedimentos de dominação instaurados no ato de nos inscrevermos nessa ordem do discurso, já que “o discurso é o poder do qual nos queremos apoderar” (op., cit., p. 10). O discurso funciona, em última instância, em uma relação de poder e, portanto, é perigoso.

Entendemos discurso enquanto prática discursiva, nos termos de Foucault (1969, p. 136), como:

(...) um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.

Ou seja, não podemos falar o que quisermos, do modo que quisermos e para quem quisermos. Somos “obrigados” (embora não saibamos disso, pois essas regras que nos obrigam são anônimas, apagadas, camufladas e tão camufladas que acreditamos que somos autônomos, que escolhemos os nossos dizeres) a falar de um certo modo, para determinados sujeitos e usando conteúdos autorizados.

Para a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, discurso e sujeito estão imbricados, um determina e é determinado pelo outro. Assim, postula-se o sujeito como que atrelado à ideologia (ao momento histórico-cultural), “amarrado”, “condicionado” às regras anônimas, de que fala Foucault e, também, atravessado pelo inconsciente. Trata-se de um sujeito que se pensa livre e dono de si, mas que não tem controle de seu dizer e dos significados de seus dizeres, de onde deslizam os significados indesejados. Isso se deve, segundo Ferreira (2005, p. 18), à noção de:

incompletude que caracteriza todo o dispositivo teórico do discurso, de onde a noção de falta, que é o motor do sujeito e é lugar do impossível da língua, lugar onde as palavras faltam e, ao faltarem, abrem brecha para produzir equívocos. O equívoco não é acidental na língua, mas constitutivo e inerente ao sistema o que faz com que a língua seja um sistema passível de falhas, falhas ou brechas pelas quais os sentidos se permitem deslizar, ficar à deriva.

Ao tentar “lidar” com essas falhas, não no sentido de desvendá-las, mas tomando-as como constitutivas da língua, a AD se postula como uma “disciplina de entremeio” (ORLANDI, 1996) e que se dá às margens das chamadas ciências humanas.

Assim, o sujeito se constitui no e pelo discurso sendo duplamente determinado: pela exterioridade (ideologia) e pela interioridade (inconsciente). Os sujeitos consistem, na verdade, em lugares-sujeito a serem preenchidos por diferentes posições-sujeito em determinadas condições, ou formações discursivas. O sujeito, para ser sujeito, se inscreve em Formações Discursivas (FD), inscrições essas que afetam o seu dizer, ou seja, o alçam como sujeito daquela FD, capaz, portanto, de compreender, produzir e interpretar sentidos.

A escola pode ser concebida como um espaço discursivo de gerenciamento de corpos, através de relações de poder e saber. Entendemos discurso, como vimos acima, para além do meramente lingüístico, construindo, inclusive, corpos.

A seguir, adentraremos uma escola infantil e investigaremos como os “discursos”, nela “legalmente” instituídos e legitimizados colaboram para “produzir” os sujeitos-alunos contemporâneos.

ANÁLISE DO CORPUS

Vejamos, a seguir, por meio da análise de registros de observação forjados no interior de uma instituição escolar, como as *tecnologias do eu* são discursivizadas, apreendendo-as em sua materialidade textual.

Registros de observação

A partir da análise de alguns registros³ elaborados na Escola de Educação Infantil pesquisada, constatou-se que os mesmos, ao contrário do que se costuma afirmar, não

³ Na pesquisa original, foram analisados os seguintes livros: Conselho de Escola, Reuniões Pedagógicas, Registro Docente e, principalmente, Ocorrência com Alunos. A instituição mantém, no total, dezessete livros destinados a diversos tipos de registros, a saber: Atribuição de Classes; Comunicados; Conselho de Escola; Controle do Material Patrimoniado; Educação Especial; Estagiários; Incineração; Registro de Professores; Ocorrência com Alunos; Ponto Administrativo; Ponto Docente; Registro de TDC; Registro de

têm, como objetivo primordial, somente comunicar aos sujeitos envolvidos no processo educacional os “progressos e as dificuldades individuais, fornecer sugestões de como melhorar, bem como apontar os resultados finais/parciais do processo de aprendizagem” (CORAZZA, 2001, p. 5), numa função essencialmente didática. Foi possível destacar que tais registros contínuos de conhecimento exercem poder/produzem saberes, pois se constituem a partir de um conjunto interdiscursivo (mormente a partir dos discursos didático/pedagógico, da medicina clínica e da legislação penal) os quais, “produzindo tecnologias avaliativas dos pareceres escritos e de suas correlatas, a observação e a auto-avaliação” (op., cit., p. 23), pretendem determinar posições sociais/subjetivas para crianças, famílias e docentes através da imposição de significados que estabelecem o modo de ser sujeito educacional. De forma que os registros de observação analisados, inseridos numa “economia política” da verdade, e enquanto tecnologia disciplinar implicada na normalização dos indivíduos, registra, distribui, classifica, categoriza e introduz os mesmos em um sistema de objetivação que localiza, singulariza e visualiza cada um em suas características, subjetivando-os – isto é, fazendo com que os sujeitos emirjam como efeito de verdade deste interdiscurso.

A seguir, apresentaremos um excerto retirado do “Livro de Ocorrência com Alunos” e faremos uma análise discursiva, de modo a apontar os mecanismos discursivos de construção de subjetividades. O excerto, retirado do livro de ocorrência, consiste em um exemplo das práticas institucionalizadas na escola acerca dos “incidentes” que nela ocorrem envolvendo os alunos (crianças de educação infantil, neste caso). Chamamos atenção, de antemão, para a exaustiva descrição não apenas do *acontecimento* em si, mas também da *natureza da criança* neste envolvida e, inclusive, das prováveis *causas* que a levaram a neste envolver-se. Vejamos:

No dia 15/05/2006, nas dependências da Unidade Escolar, a aluna L., por desobediência a sua professora C., depois de agredir o aluno G. (como a agressão foi pelas costas, acreditamos ter sido uma agressão sem motivo, gratuita), tentou fugir da escola. A mãe da aluna foi chamada pela diretora L.

para conversar e orientá-la a não ter mais esse tipo de comportamento. Na reunião para conversarmos sobre a aluna L., estiveram presentes a professora C., a mãe C., a orientadora pedagógica R., a diretora L., a t.o. A., a fonoaudióloga T., a professora de educação especial E., além da psicóloga E.. A E. colocou que a intenção da reunião com esse grupo de profissionais é estabelecermos um parecer em comum para orientar nossos trabalhos até o final do ano. A professora C. encarregou-se de deixar um depoimento sobre a rotina da sala e da escola com as crianças, e o que tem feito especialmente com a L.. Pensou para o segundo semestre em conversar com a aluna orientando-a para voltar para sala quando saísse, estabelecendo limites para que seguisse. Perguntamos para a mãe qual rotina com a aluna, e disse que tem muita dificuldade em estabelecer limites. Pedimos orientação para como ajudar no desenvolvimento de L., e entender o que desencadeia as crises na escola.⁴

Nota-se que a criança, ao ser descrita em seus atos, torna-se objeto de estudo e análise de variados profissionais, os quais pretendem conhecê-la/diagnosticá-la através da objetivação de seu comportamento, para melhor educá-la/controlá-la. O relato não é apenas descritivo, mas inclusive – e principalmente – prescritivo. Tal procedimento torna-se possível graças à presença dos “discursos científicos” destes profissionais, discursos estes que, como vimos, por manterem relações inequívocas com o poder, produzem um conhecimento com estatuto de “verdade”. Assim, verifica-se que o discurso médico atravessa/determina o registro do incidente: o comprovam o fato de tomarem parte, na reunião, a psicóloga, a fonoaudióloga e a terapeuta ocupacional (t.o.), além do excerto “*estabelecermos um parecer em comum*”, uma vez que *parecer* deriva de uma terminologia clínica.

Ainda mais flagrante é a presença do discurso jurídico, mais especificamente da legislação *penal*. Em primeiro lugar, é possível afirmar que o próprio gênero discursivo “registro em Livro de Ocorrência com Alunos”, em toda sua organização composicional, obedece a um formalismo jurídico-penal, como o comprova o início do primeiro parágrafo do registro, onde na construção discursiva “*No dia 15/05/2006, nas dependências da Unidade Escolar*” percebe-se que a descrição do fato é feita aos moldes de uma *audiência* (realizada, sempre, nas “dependências” judiciais). Aparecem, no decorrer do registro, figuras típicas penais, tais como: “*a agressão foi pelas costas*”,

⁴ Livro de Ocorrências, p.18.

indicando as “Circunstâncias agravantes”⁵ da infração; “*tentou fugir da escola*”, tal como uma “Fuga de Pessoa Presa ou Submetida a Medida de Segurança”⁶; e inclusive o termo *depoimento*, prática que perpassa todo o regime penalista. Contudo, apesar de todo o ritual parecer uma grande audiência, estranha-se o fato de a aluna não ter tido oportunidade de se defender (pois não estava presente) ou de alguém que o pudesse, por ela, fazê-lo (“advogado de defesa”), procedimento este inaceitável até mesmo no âmbito do judiciário.

No registro, por meio do regime de verdade instaurado pelos discursos que o atravessam, observa-se que a criança é diagnosticada/julgada como *desobediente*, *agressiva*, *transgressora* dos limites estabelecidos tanto pela escola quanto pela família, *desorientada* (pois precisa de *orientação*), insuficientemente desenvolvida (pois precisa de *ajuda para desenvolver-se*), problemática (pois tem *crises* na escola) – seu comportamento é desregrado, irregular, *desviante*, enfim, que *infringem a norma*. Percebe-se, inclusive, que, neste registro, pretende-se definir/julgar a *causa* originária de um tal comportamento, o que *levou* a criança a *causar*, realmente, o incidente (“Pedimos orientação para [...] entender o que desencadeia as crises na escola”). Assim, pode-se afirmar que, efetivamente, não se pretende, na descrição do incidente, reconhecer as motivações práticas, a finalidade visada pela criança neste ato (isolado) incidental/infracional. Com efeito, o propósito do registro é reconhecer/julgar as “sombras que se escondem por trás dos elementos da causa” (FOUCAULT, 2005b, p.19), numa prática que investiga a intenção do agente (criança) da infração, de suas tendências *desviadas*, de comportamentos socialmente condenados através de juízos de normalidade, e que são reprimidos a pretexto do incidente/delito. Destarte, nota-se que a investigação dessa intenção constitui, na verdade, uma investigação do próprio agente, da própria criança, uma técnica *prescritiva* de qualificação do indivíduo, e não uma descrição meramente *explicativa* do incidente/ato infracional.

As orientações didáticas contidas no Projeto Pedagógico da Unidade Escolar definem que a *avaliação* do “desenvolvimento dos escolares” deve ser “*contínua*, *objetivando estudar/conhecer as crianças*” através de uma “*constante documentação*”.

⁵ Código Penal, Artigo 61.

⁶ Código Penal, Artigo 351.

Este procedimento sintetiza, realmente, o discurso educacional vigente, que sustenta a prática teórica didática “de melhor conhecer o sujeito-escolar para melhor educá-lo/governá-lo.” (CORAZZA, 2001, p.34).

CONSIDERAÇÕES

O entrecruzamento da revisão teórica foucaultiana com a análise discursiva realizada neste estudo permite-nos tecer algumas considerações. Primeiramente, pode-se dizer que, constituído a partir de um conjunto interdiscursivo específico, o registro analisado exerce, de fato, determinado poder sobre os escolares ao mesmo tempo em que forja um saber correlato, pretendendo determinar posições sociais/subjetivas para os mesmos e fazendo com que estes sujeitos emirjam como efeito de verdade deste interdiscurso.

A análise tornou possível constatar que o registro manifesta, por parte da instituição escolar e de seus “funcionários da ortopedia moral”, uma *vontade de saber* sobre os indivíduos escolares que implica uma *vontade de verdade* a qual consiste, fundamentalmente, em um sistema discursivo de exclusão, pois, ao diagnosticar/julgar/subjetivar a criança-escolar, legitima o comportamento de algumas e desautoriza outros – os desviantes da *norma* – através de um disciplinamento contínuo. E é justamente a partir da internalização deste *jogo de verdade* discursivo, a partir daquilo que Foucault denominou *tecnologias do eu*, que a criança-escolar vai, gradualmente, se construindo como sujeito passível de autogoverno, objetificando-se num contínuo processo de autoconhecimento, em busca de sua “verdadeira identidade”, baseando-se, sempre, nos regimes de verdade sancionados pela escola. Nesse sentido, pode-se dizer que a escola, quando apreendida em sua dimensão política, funciona como um micropoder institucional na medida em que dinamiza mecanismos disciplinares que regulam a conduta dos escolares, fazendo-os com que construam discursivamente representações identitárias [para si e para os outros] a partir de sentidos fixados/autorizados/legitimados pelo discurso pedagógico.

Com efeito, o indivíduo escolar, emaranhado na rede de relações de poder, constitui-se enquanto sujeito através de mecanismos disciplinares normalizadores, e sua

identidade é construída por meio de prescrições que obedeçam à norma socialmente estabelecida, da qual a escola figura como uma das mais importantes difusoras, homogeneizando os comportamentos humanos desde seus primeiros anos.

Por fim, faz-se importante notar que, na área de pesquisas em educação, os postulados de Foucault oferecem uma inegável contribuição aos estudos sobre o funcionamento do cotidiano escolar, além de contundente instrumento de subversão dos processos de subjetivação dinamizados pelo discurso pedagógico vigente.

MARIANA DINIZ BITTENCOURT NEPOMUCENO

É graduada em Letras pela Universidade São Francisco (2007) e atualmente cursa mestrado em Educação Intercultural na Universidade de Lisboa. Sua pesquisa, inserida em uma perspectiva pedagógica crítico-revolucionária, orienta-se para a análise do funcionamento político da instituição escolar, investigando a relação entre educação, dispositivos de normalização/disciplinamento e processos de subjetivação.

MÁRCIA APARECIDA AMADOR MASCIA

É doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP, atua, no momento, como professora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, Itatiba, na área de “Linguagem, Discurso e Práticas Educativas”, trabalhando na perspectiva da análise do discurso de linha francesa e dos estudos pós-críticos. O foco de sua pesquisa tem sido analisar os discursos político-educacionais e os discursos de ensino-aprendizagem de línguas.

REFERÊNCIAS

CORAZZA, S. *O que quer um currículo?: pesquisas pós-críticas em Educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da AD no Brasil. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. L. (orgs) *Michel Pêcheux e a AD: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Ed. Claraluz, 2005.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1969.

_____ *A Ordem do Discurso*. Trad. L.F.A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____ *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____ *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005a.

_____ *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005b.

GALLO, S. *Entrevista concedida à Revista do Instituto Humanitas*. Disponível em: www.unisinos.com.br. Acesso em 06 Jan 2009.

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e Educação. In.: SILVA, T. T. da (org). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MASCIA, M. A. A. A Hermenêutica do Sujeito do Desejo: As Confissões do Professor de Língua Inglesa e as Técnicas de Si. In: *Anais do II SEMAD*. Uberlândia, 2006.

Ó, J. R. do *O Governo dos Escolares. Uma aproximação teórica às perspectivas de Michel Foucault*. Lisboa: Educa, 2001.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 2002.